



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

27 junho 25

Edição nº 409

Página 1 de 9

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais.....	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	7
ADMINISTRAÇÃO Convocações	8
EDUCAÇÃO Chamamentos Públicos	8
CONSELHOS MUNICIPAIS Atos dos Conselhos	9

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Leis Municipais****LEI Nº 2388 DE 24 DE JUNHO DE 2025**

ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta lei estabelece as diretrizes e bases para definição das metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026, em conformidade com o disposto no art.165, inciso II e § 2º da Constituição Federal, art. 174, § 2º da Constituição do Estado de São Paulo, e art. 4º da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016; orienta a elaboração da lei orçamentária anual, estabelece as normas e disposições de controle da execução orçamentária, regula o aumento de despesa de pessoal, bem como dispõe sobre alterações na legislação tributária que vigorão a partir do próximo exercício.

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e as entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e Lei Nacional 4320/64, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

I - Desenvolvimento sustentável da cidade;

II - Gestão Ética, Democrática e Eficiente;

III - Desenvolvimento Urbano;

IV - Evolução na transparência pública.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária deverá ser elaborada sobre as bases estabelecidas pelas (ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU e suas metas. Que são os seguintes:

ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao

longo da vida para todos;

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II**DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

Art. 3º. Ficam estabelecidas no Anexo I as Metas Fiscais para o exercício de 2026, conforme artigo 4º, Parágrafo 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº131 de 27 de maio de 2009 e pela Lei Complementar nº156 de 28 de dezembro de 2016 e portaria STN 989, de 14 de junho de 2024, que altera a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Parágrafo único. Integram o Anexo I de Metas Fiscais os



seguintes demonstrativos que são evidenciados de forma consolidada:

I - Metas Anuais;

II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, Projeção Atuarial do RPPS;

VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 4º. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal e a portaria STN 989, de 14 de junho de 2024, determinam que o Demonstrativo I do artigo anterior seja instruído com memória e metodologia de cálculos das metas anuais, que constituem o Anexo II, denominado Metas Anuais Memória e Metodologia de Cálculos, composto pelas Tabelas:

I - Receita

II - Despesas

III - Resultado Primário

IV - Resultado Nominal

V - Montante da Dívida Pública

Art. 5º. Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo III, denominado Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, em que são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

Art. 6º. Integra também esta Lei o Anexo IV, elaborados conforme modelos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujos demonstrativos são compostos por:

I - Planejamento Orçamentário/ Fontes de Financiamento de programas Governamentais

II - Descrição de Programas Governamentais / Metas e

Custos

III - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Art. 7º. Os valores apresentados nos anexos de que tratam os arts. 3º, 4º, 5º e 6º estão expressos em reais, em consonância com as regras estabelecidas pela portaria STN 989, de 14 de junho de 2024.

CAPITULO III

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 8º. As metas da Administração Municipal para o exercício de 2026, serão distribuídas no orçamento, detalhadas em programas, projetos e atividades, estão especificados no Anexo IV desta lei, contendo programa, ação, indicador, meta física, unidade de medida e o custo financeiro, distribuído por órgãos.

§1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas na LDO e no PPA, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPITULO IV

DAS ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º. A lei orçamentária para o exercício de 2026 e a sua execução, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (Art. 1º, § 1º, 4º, I a 50 e 48 da LRF), e não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§1º A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

§3º Os fundos municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§4º As movimentações orçamentárias e financeiras das



contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Principal, quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

§5º Programar no âmbito municipal um projeto ocupacional que atenda especificamente a criança e adolescentes.

§6º As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo I, que dispõe sobre as Metas Fiscais, Anexo II, que dispõe sobre as Metas Anuais Memórias e Metodologia de Cálculos, e Anexo III, que dispõe sobre Riscos Fiscais.

Art. 10. A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária de 2026 e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de julho de 2025.

Parágrafo único. O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2026, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 11. A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I - Prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - Modernização na ação governamental;

IV - Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;

Art. 12. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária do exercício de 2026, o Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§1º A programação financeira, que apresenta as previsões para as entradas e saídas de recursos, será demonstrada por mês e por bimestre, e distinguirá as receitas por fontes e as despesas por natureza, e considerará os valores extra orçamentários.

§2º O cronograma mensal de desembolsos, que apresenta as previsões de receitas a arrecadar e de despesas a empenhar, será demonstrado por mês e por bimestre, de forma a orientar os órgãos sobre a capacidade de ordenar as despesas, e levará em consideração os valores extra orçamentários.

Art. 13. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta

dias subsequentes, os Poderes determinarão, de maneira proporcional, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§2º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas da educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados, respeitados os limites constitucionais.

§3º Não serão objetos de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do município, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais, inclusive aquelas relativas à folha de pagamento do pessoal.

§4º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 13, § 1º, poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17 § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo VIII, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art.4º § 2º).

Parágrafo único. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, cujos valores não ultrapassem o limite estabelecidos para a dispensa de licitação de outros serviços e compras, a que se refere a Lei nº14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo de Riscos Fiscais desta Lei.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do último exercício.

§2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.



Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência com fixação de percentual mínimo de 0,20 % (vinte centésimos) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária.

§1º A reserva de contingência e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais à sua conta.

§2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá lançar mão de seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais.

Art. 17. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

CAPÍTULO V

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS, TRANSPOSIÇÃO E REMANEJAMENTO

Art. 18. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na Lei Orçamentária Anual (LOA), observando o art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Parágrafo único. Os créditos adicionais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere à Lei, por decreto do Poder Executivo.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2026 créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada por esta Lei, observado o disposto no artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação de um mesmo órgão;

III - Realizar operações de crédito, até o limite estabelecido, nos termos da legislação em vigor;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

V - A abrir no curso da execução do orçamento de 2026, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

Parágrafo único. Os créditos suplementares de que trata o inciso IV e V não incidirão sobre o percentual autorizado no

inciso I.

Art. 20. Serão consignados na lei orçamentária recursos financeiros à Câmara Municipal, para atendimento ao disposto no inciso III do § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal, repassados na proporção de 1/12 (uns doze avos) do total das despesas destinadas ao Legislativo, até o dia 20 de cada mês.

CAPÍTULO VI

DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA SETOR PRIVADO

Art. 21. Somente será autorizada a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante Convenio, Subvenção, Termo de Colaboração, Termo de Fomento, Acordo de Cooperação, Termo de Parceria, Contrato de Gestão, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, e se observadas às seguintes condições:

I - Lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e artigo 12, § 3º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

II - Os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

III - Prova de funcionamento regular da entidade com relatórios de sua contabilidade e comprovante do mandato de sua diretoria;

IV - Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, a Previdência Social e o Fundo de Garantia.

V - Plano de aplicação dos recursos solicitados;

VI - Outros requisitos que venham a ser estabelecidos ou legislação específica.

§1º A transferência de recursos a instituições privadas das quais se tratam o art.21, não poderá ultrapassar 7,00 % da Receita Corrente Líquida estimada.

§2º Ocorrendo o deferimento por parte do Executivo, este solicitará, através de projeto de Lei, autorização formal ao Legislativo.

§3º O Poder executivo concederá prazo até 30 de janeiro do ano seguinte ao recebimento do repasse, para a prestação de contas, devendo ocorrer à devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

§4º As entidades deverão divulgar na internet, em seus respectivos sítios eletrônicos, as prestações de contas anuais



e o acompanhamento das metas pactuadas nas avenças celebradas com o Município, sem o que os repasses não serão efetuados.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 22. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - Revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - Modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e justa;

IV - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

V - Atualização da Planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas e à geração de recursos para investimentos, ou, ainda, para a manutenção ou ampliação das atividades próprias do município.

Art. 23. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só será promovida se observada às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, devendo os respectivos projetos de lei serem acompanhados dos documentos ou informações que comprovam o atendimento do disposto no caput do referido artigo, bem como do seu inciso I ou II.

Parágrafo único. Não se sujeitam às regras do caput a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente e também quando a anistia for referente aos encargos da dívida ativa.

Art. 24. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo renúncia de receita. (art. 14 §3º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25. Desde que observada à legislação vigente, respeitados os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, e cumpridas às exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - Concessão de qualquer vantagem, reajuste ou aumento de remuneração, criação ou transformação de cargos, empregos e funções, ou ainda alteração de estruturas de carreiras;

II - Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II - Lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;

III - Observância da legislação vigente, no caso do inciso II.

§2º Estão a salvo das regras contidas no § 1º a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§3º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 26. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecidas pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 27. A cessão de funcionários para outras esferas de governo independe de convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere, desde que haja recursos orçamentários disponíveis, e que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Se a lei orçamentária não for publicada até o último dia do exercício de 2025, fica autorizada a realização das despesas de 2026 até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa e ação da proposta original do orçamento remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for promulgada.



Parágrafo único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 29. Integram esta Lei os Anexos I, II, III e IV.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

Os anexos estão disponíveis na aba transparência do site oficial institucional de Jarinu, com acesso em <https://jarinu.sp.gov.br/publicacoes/planejamento-orcamentario/ldo>

LEI Nº 2389 DE 26 DE JUNHO DE 2025

“Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Jarinu a Festa do Morango”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Jarinu, a Festa do Morango.

Parágrafo único. A Festa do Morango compreende um conjunto de saberes, práticas, expressões culturais e manifestações tradicionais, incluindo atividades agrícolas, culinárias, artísticas e folclóricas, que representam a identidade, a memória coletiva e o modo de vida das comunidades locais produtoras de morango.

Art. 2º A Festa do Morango, como patrimônio imaterial, passa a integrar o Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial do Município, conforme legislação vigente e políticas públicas municipais de cultura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO Nº 114/2025

Na forma do Artigo 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO o ato da contratação por Inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa Condor S/A Industria Química, inscrita no CNPJ nº 30.092.431/0001-96, para aquisição de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO), para a Guarda Municipal Civil Municipal (GCM) de Jarinu, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública, no valor total de R\$ 16.707,82 (dezesseis

mil e setecentos e sete reais oitenta e dois centavos).

Jarinu, 27 de junho de 2025.

HAROLDO NANNI CAMPOS
Secretário Municipal de Segurança Pública

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 102/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação para Empresa Especializada para Execução do Projeto BORA BRINCAR, um Conjunto Estruturado de Ações Voltadas ao desenvolvimento Integral da Primeira Infância.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 30/06/2025

PRAZO FINAL : 02/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 050/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação de Contratação de Especializada para Prestação de Serviços de Coordenação, Marketing e documentação; Atividade Artística/Pedagógica; e Palestras para a execução do projeto Imaginar a Cidade, conforme Condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 30/06/2025

PRAZO FINAL : 02/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.



MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Convocações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 286/2025, DE 20 DE JUNHO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I	16 A	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SANDRA REGINA DE SENA RIBEIRO	102º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 20 de Junho de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDUCAÇÃO | Chamamentos Públicos

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2025 SME

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2025 – SME JARINU, DE 24 DE JUNHO DE 2025, PARA CANDIDATURA A ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE JARINU-SP REALIZANDO A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS NA COMPOSIÇÃO QUE ATENDE O QUADRIÊNIO 2023/2026

CONSIDERANDO A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar, Resoluções CD/FNDE (nº26/2013 e 04/2015) e

CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 1.489 DE 03 DE AGOSTO DE 2000, que dispõe sobre a criação do novo conselho municipal de Alimentação Escolar CAE;

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de Chamamento para a eleição dos representantes que comporão o CAE- Conselho de Alimentação Escolar, Gestão Quadriênio 2023 a 2026, em substituição a membros dos representantes dos profissionais da área da educação, representantes da Associação de Pais e Mestres e representantes da sociedade civil, conforme segue:

- 01 (um) representante suplente dos Profissionais da Área da Educação;
- 01 (um) representante suplente da Associação de Pais e Mestres
- 01 (um) representante suplente Sociedade Civil e seu respectivo suplente;

DO CONSELHO

O Conselho Municipal da Alimentação Escolar – CAE, sendo um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Governo Municipal na execução de programas de assistência e educação alimentar mantido pelo Poder Público Municipal, com repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE

DA CANDIDATURA:

Os interessados da Sociedade Civil, deverão comparecer na Secretaria de Educação do Município, situado na Rua Dr. Antenor Soares Gandra, 321- Vila Rica – Jarinu/SP, no período compreendido entre 30/06/2025 e 02/07/2025.

Os representantes interessados das escolas públicas municipais, (professores, diretores, servidores, alunos) deverão comunicar a escola municipal à qual exerce a sua função, ou está matriculado até o dia 01/07/2025. No caso de pais de alunos, comunicar a escola que o filho(a) está matriculado(a), também até o dia 01/07/2025.

REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: 03/07/2025



- 13H – na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Jarinu.

APURAÇÃO DOS VOTOS: 04/07/2025- 8H - na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Jarinu.

Para publicidade dos referidos Atos para todos os efeitos legais, publica-se o presente Chamamento Público.

Jarinu, 24 de Junho de 2025.

Cristiane Ap.ª Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº02/2025 SME

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº02/2025 –SME JARINU, DE 24 DE JUNHO DE 2025, PARA CANDIDATURA A ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CACS FUNDEB DO MUNICÍPIO DE JARINU-SP REALIZANDO A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS NA COMPOSIÇÃO QUE ATENDE O QUADRIÊNIO 2023/2026

CONSIDERANDO A LEI FEDERAL Nº 14.113 DE 25/12/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e

CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 2.110 DE 31 DE MARÇO DE 2021, que dispõe sobre a criação do novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — CACS-FUNDEB

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de Chamamento para a eleição dos representantes que comporão o CACS-FUNDEB, Gestão Quadriênio 2023 a 2026, em substituição a membros dos representantes da sociedade civil, conforme segue:

- 01 (um) representante titular e 1(um) suplente;

DO CONSELHO:

O CACS FUNDEB realiza o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB.

DA CANDIDATURA:

Os interessados da Sociedade Civil, deverão comparecer na Secretaria de Educação do Município, situado na Rua Dr. Antenor Soares Gandra, 321- Vila Rica – Jarinu/SP, no período compreendido entre 30/06/2025 e 02/07/2025.

REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: 03/07/2025 - 13H – na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Jarinu.

APURAÇÃO DOS VOTOS: 04/07/2025- 8H - na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Jarinu.

Para publicidade dos referidos Atos para todos os efeitos legais, publica-se o presente Chamamento Público.

Jarinu, 24 de Junho de 2025.

Cristiane Ap.ª Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JARINU

RESOLUÇÃO 006/2025 - Jarinu, 27 de Junho de 2025.

DISPÕE SOBRE O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE JARINU 2025-2035

CONSIDERANDO, lei 12594, art5º, inciso VI, § 2º “Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal”

CONSIDERANDO, decisão ocorrida em reunião no dia 27/06/2025

RESOLVE:

ARTIGO 1º - fica aprovado o “Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de Jarinu 2025-2035”

ARTIGO 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

ARTIGO 3º - Esta resolução revoga todas as disposições em contrário.

Mario Cesar Maioque Junior
Presidente CMDCA

ATA DE REUNIÃO DO CMDCA - 27 de Junho de 2025

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e cinco, as 08:30, reuniram-se na Casa dos Conselhos os membros do CMDCA: Dalva Fontebasso, Mario Cesar Maioque Junior – Presidente, Cleide C. R. M. Santos, Kleyton Romero Dias, Sonia Maria Damião, Magna de Andrade Silva, e Alan R. P. Zumbera (secretário executivo). A reunião iniciou com o Sr. Alan lendo o “Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de Jarinu”, enviado pelo CREAS Jarinu. Após a leitura do os membros presentes votaram e decidiram unanimemente pela aprovação do “Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de Jarinu”.

Mario Cesar Maioque Junior
Presidente CMDCA